



APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO  
Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

EM 02/10/25

REQUERIMENTO Nº 072/2025

PRESIDENTE

Exmo. Sr.  
Luciano Ázara Resende de Alvarenga  
DD Presidente da Câmara Municipal  
Nesta

*Requer informações detalhadas sobre os repasses de royalties do Lago de Furnas ao Município de Campo Belo e a destinação destas verbas.*

O Vereador que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais e constitucionais, pautado pelos elevados princípios da **transparência**, da **eficiência** e da **probidade** que devem nortear a gestão pública, e com fundamento no artigo 68, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Campo Belo, e nos artigos 98, inciso I, e 137, inciso I, do Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, vem respeitosamente a Vossa Excelência requerer que seja encaminhado ao DD. Prefeito Municipal de Campo Belo o presente expediente, a fim de que este exponha e preste as informações que seguem.

Este requerimento tem a finalidade de solicitar à Prefeitura Municipal um relatório completo e pormenorizado sobre os valores recebidos a título de **compensação financeira pela exploração de recursos hídricos do Lago de Furnas**, conhecidos como **royalties do Lago de Furnas**, e a respectiva aplicação dessas verbas no âmbito municipal.

Para tanto, requer-se que sejam prestadas as seguintes informações de modo pormenorizado:

- **Relatório Detalhado dos Repasses de Royalties:** Um relatório exaustivo dos valores de royalties recebidos pelo Município de Campo Belo provenientes do Lago de Furnas. Este relatório deverá abranger, no mínimo, os últimos cinco exercícios fiscais (2021 a 2025), indicando os montantes repassados anualmente e a fonte legal que fundamenta tais transferências, assegurando a rastreabilidade e a verificação da correção dos valores.
- **Aplicação das Verbas Recebidas:** A apresentação de um detalhamento completo e discriminado da aplicação de todas as verbas recebidas a título de royalties do Lago de Furnas. As informações



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

devem especificar as áreas e os projetos, programas ou despesas específicas nos quais esses recursos foram investidos, acompanhados dos respectivos montantes e cronogramas de execução.

- **Impacto e Benefícios para o Município:** Uma avaliação dos impactos e benefícios concretos gerados para o Município de Campo Belo e sua população em decorrência da aplicação dessas verbas. Espera-se que esta seção detalhe as melhorias tangíveis em serviços públicos, obras de infraestrutura, ações de preservação ambiental ou programas sociais que foram diretamente financiados ou complementados pelos royalties, demonstrando a efetividade dos investimentos realizados.
- **Mecanismos de Transparência e Controle:** A descrição dos mecanismos atualmente implementados pelo Poder Executivo para garantir a transparência e o controle social sobre a arrecadação e a aplicação dos royalties do Lago de Furnas. Inclua informações sobre a periodicidade e os canais de divulgação e as formas de participação popular na fiscalização desses recursos.
- **Desafios e Oportunidades Futuras:** A exposição dos principais desafios e obstáculos enfrentados pela Administração Municipal na gestão e aplicação dessas verbas, bem como as propostas e estratégias para aprimorar a eficiência, a eficácia e a otimização dos recursos futuros, visando um desenvolvimento municipal ainda mais sustentável e equitativo.

Por fim, reitero a premente necessidade de resposta ao presente requerimento dentro do prazo legal estabelecido pelo Artigo 11, *caput* e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Campo Belo-MG, qual seja de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por no máximo mais 15 (quinze), se a complexidade exigir, sob pena das sanções legais cabíveis em caso de descumprimento, conforme a legislação vigente e as prerrogativas do Poder Legislativo.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conto com a aprovação em Plenário, bem como com a imediata remessa deste expediente à autoridade competente para os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2025.

  
Thomas de Paula Cambraia

Vereador

## JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de informações e providências ao Poder Executivo Municipal encontra sua inafastável justificativa na essencialidade do exercício da função **fiscalizadora** que incumbe ao Poder Legislativo Municipal, consoante o mandamento constitucional e legal que o reveste de autoridade para o controle externo da Administração Pública, garantindo a **lisura**, a **economicidade** e a **probidade** na gestão dos recursos do erário.

A busca por conhecimento sobre o destino dos **royalties provenientes do Lago de Furnas** não é meramente uma formalidade burocrática, mas uma prerrogativa fundamental para assegurar que a riqueza gerada pela exploração de nossos recursos hídricos seja revertida em benefícios concretos e palpáveis para a coletividade campobelense, em alinhamento com o princípio da **publicidade** e a **transparência** dos atos públicos.

A fundamentação legal para esta requisição está solidamente amparada nas normativas que regem a atuação do Poder Legislativo Municipal, reafirmando seu papel essencial no **controle e fiscalização** da Administração Pública.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 31, preconiza que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Este dispositivo constitucional consagra a prerrogativa da Câmara Municipal de zelar pela correta aplicação dos **recursos públicos** e pela eficiente execução das políticas governamentais. No âmbito local, a Lei Orgânica Municipal de Campo Belo e o seu Regimento Interno detalham e operacionalizam essa **competência fiscalizatória**.

Especificamente, este requerimento se fundamenta nos artigos 67, *caput* e inciso V, 68, incisos I e II, e 73, §1º, incisos V, VI, IX e X, todos da Lei Orgânica do Município de Campo Belo, bem como nos artigos 98, inciso I, 135 e 137, inciso I e §1º, do Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, e, ainda, nos artigos 5º, *caput* e inciso XXII, 20, §1º, 30, incisos I e VIII, 31, 37, 144, 196 e 225, todos da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Artigo 20, §1º da Constituição Federal é particularmente relevante, ao assegurar a participação dos Municípios no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, conferindo a essas verbas uma natureza de compensação que deve ser gerida com a máxima responsabilidade e publicidade.

A existência do Lago de Furnas, um complexo hídrico de significativa relevância nacional e local, implica na geração de **royalties** que representam uma importante fonte de receita para o Município de Campo Belo.

Estes valores, auferidos como **compensação** pela utilização do **potencial hidráulico** em nosso território, são destinados a mitigar os impactos ambientais e sociais decorrentes da formação do reservatório, bem como a impulsionar o desenvolvimento local.

A aplicação adequada e transparente desses recursos é crucial para o bem-estar dos cidadãos, influenciando diretamente a capacidade municipal de prover **serviços públicos essenciais** e realizar **investimentos em infraestrutura, educação, saúde e saneamento**.

Sem informações claras sobre a destinação desses fundos, a população e seus representantes ficam impedidos de avaliar a eficácia da gestão municipal e a real contrapartida do uso de nossos recursos naturais.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

A falta de conhecimento detalhado sobre a aplicação dessas verbas pode gerar dúvidas e desconfiança na administração, comprometendo a participação popular e a legitimidade das ações governamentais.

É imperioso que a Administração Municipal demonstre com clareza e transparência como esses recursos estão sendo empregados. O desconhecimento sobre a real aplicação dos **royalties de Furnas** pode levar à percepção de que esses valores não estão sendo devidamente utilizados para o desenvolvimento do Município ou para a mitigação de problemas locais.

A destinação dessas verbas deve ser visível e seus resultados mensuráveis, permitindo que os munícipes compreendam o retorno dos benefícios gerados por uma riqueza que, em última instância, é de todos. A **publicidade** (Art. 37, *caput*, CF) e a **acessibilidade à informação** (Art. 5º, XXXIII, CF) são pilares de uma gestão pública democrática e responsável.

A **Lei Orgânica Municipal**, em seu Artigo 67, inciso V, outorga à Câmara a competência para dispor sobre a "organização dos serviços públicos e instituição de políticas públicas estruturais", categoria na qual se enquadra a gestão dos recursos advindos da exploração de potenciais energéticos, dada a sua direta relação com a infraestrutura e o desenvolvimento do Município.

Ademais, o Artigo 68, incisos I e II, da mesma Lei Orgânica, confere a esta Casa Legislativa a prerrogativa de **requisitar informações escritas** do Prefeito e de outras autoridades municipais, com prazos e sanções bem definidos em seu §2º e §3º, caso as informações não sejam prestadas ou sejam falsas.

Tais dispositivos são a base para o controle eficaz e a garantia de que os Poderes atuem em **harmonia e independência**, mas sempre sob a égide da **fiscalização mútua**.

Ainda, as atribuições das **Comissões Permanentes** desta Casa, conforme o Artigo 73, §1º, incisos V, VI, IX e X da Lei Orgânica Municipal, que permitem **solicitar informações ao Prefeito, convocar Secretários Municipais e requisitar documentos**, reforçam a pertinência e a legalidade deste requerimento.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

É por meio dessas ações que o **Poder Legislativo** cumpre seu papel de intermediário entre a população e o Executivo, traduzindo as demandas sociais em questionamentos formais e exigindo a accountability necessária para a boa governança.

A Câmara Municipal, ao solicitar detalhamentos sobre os **royalties**, age em nome dos cidadãos, buscando garantir que a compensação pela exploração do **Lago de Furnas** se traduza em uma melhor qualidade de vida para Campo Belo.

Diante de todo o exposto, e considerando a relevância da temática para a **saúde pública**, o **ordenamento urbano**, a **segurança viária**, e a **dignidade dos munícipes**, bem como a necessidade premente de garantir a fiel execução das leis e a correta aplicação dos **recursos públicos**, a Câmara Municipal de Campo Belo, ao requisitar tais informações e providências, exerce o seu inarredável dever de **fiscalização**, visando à proteção do **interesse público** e à garantia de que os serviços essenciais à população sejam prestados com a **qualidade** e a **diligência** que Campo Belo merece.

O diálogo institucional entre os Poderes, pautado pela busca conjunta de soluções, é fundamental para o aprimoramento contínuo da gestão municipal e para a construção de uma cidade mais **segura, saudável, organizada e próspera** para todos os seus habitantes.